

4 (ou 16 anos) de invasão russa na Ucrânia: triste aniversário



» DANIEL A. DE AZEVEDO

Professor de geografia política do Departamento de Geografia da Universidade de Brasília (UnB)

Esta semana marca uma data sombria: completam-se quatro anos desde que os tanques russos cruzaram as fronteiras para a invasão em larga escala do leste ucraniano. Essa data é apenas a segunda etapa de uma ferida muito mais antiga. A guerra, de fato, não começou em 2022; ela é o desdobramento violento do que o mundo assistiu, com uma passividade que hoje custa caro, na invasão e ocupação da Crimeia, em 2014. Muitas reflexões estão sendo feitas na mídia sobre esse triste quarto aniversário. Por isso, escolho não fazer uma análise geopolítica acadêmica dura. Este não é um texto acadêmico; é um manifesto humanitário.

Como professor de geografia política, o que mais tem me causado desconforto nos últimos anos é ouvir de alunos e colegas tentativas de justificação e legitimação da invasão russa na Ucrânia. O que constrói nossa interpretação sobre a guerra dos outros? Como o onde estamos, nossa localização distante, afeta na percepção sobre essa guerra?

Em pesquisa na Alemanha por seis meses, Berlim me colocou diante de uma realidade que as salas de aula no Brasil não alcançam. Esse é o país que, segundo a Acnur, mais recebeu refugiados ucranianos. Em um café em 27 de fevereiro de 2026, decidi ouvir quem vive isso diretamente e tive uma conversa com Kateryna Francu, ucraniana que saiu de lá anos depois da invasão à Crimeia.

Ela tem 36 anos e carrega a história da família consigo. Enquanto conversávamos, estendeu-me fotografias de seus bisavós, avós e pais.

Todos da mesma terra, da mesma vila. “Existimos há muito tempo. Moramos há gerações no mesmo chão, por isso tenho essas fotos”, diz Kateryna, confrontando a narrativa de que seu país seria uma invenção política recente. Mas o que mais me impressionou não foram os nomes, foi o silêncio. Recentemente, no curso onde a conheci aqui na Alemanha, pediram que ela respondesse a uma pergunta em russo. Ela se recusou. Não por ignorância — ela cresceu com o idioma —, mas por uma asfixia ética. “Sinto o russo travado na garganta”, confessou-me. Ela conta que, até 2013, o russo era uma língua também do cotidiano, das músicas, do cinema. Após a ocupação da Crimeia, o idioma passou a ser visto como ferramenta de um projeto imperialista. Para ela, a língua é a fronteira final. Language is a border, ela me disse. Falar ucraniano tornou-se um ato de resistência. Hoje, ela sorri com alegria ao perceber que começa a esquecer palavras em russo.

Kateryna despreza a expressão “conflito Russo-Ucraniano”, preferindo “ocupação” ou “invasão”. E o que mais a machuca é o cinismo intelectual do “precisamos ouvir os dois lados”. “Como pode haver dois lados quando um apenas invade e o outro tenta não desaparecer?”, questiona. Para ela, o argumento russo de que estaria se defendendo da Otan é uma inversão perversa: “Por que não invadiram os bálticos quando eles entraram na Otan? Por que esses países entraram na Otan? Lituânia, Letônia e Estônia sabem, melhor que ninguém, que a defesa é a única resposta contra um vizinho que só entende a linguagem do Império”.

O trauma que ouvi naquele café não é apenas político, é biológico. Kateryna descreve um estado de medo que se transformou em depressão e ansiedade crônicas. Ela sente que perdeu o direito à felicidade. Se viaja, não tira fotos. Se come bem em Berlim, sente culpa porque em Kiev não há eletricidade. “Antes eu passava maquiagem no rosto. Hoje, eu não quero ser vista”, diz, baixando o olhar. A dor é hereditária. Ela me

contou de sua avó, que na era soviética foi proibida de sair da vila para estudar porque o regime precisava de braços para o campo. Contou do primo de segundo grau e do amigo que morreram nesta fase atual da guerra. “O desaparecimento é o pior”, diz com lágrimas nos olhos, referindo-se a pessoas que sumiram.

Comentei com ela que é comum encontramos pessoas ainda muito tolerantes com a experiência soviética em diferentes partes do mundo, como no Brasil. Berlim é um exemplo extremo disso: aqui, o turismo mercantilizou o totalitarismo, vendendo a estética da URSS a poucos metros dos memoriais do Muro. Sua resposta foi um soco: “É a distância. Do tempo, com os jovens que não viveram aquilo e idealizam; e do espaço, com pessoas tão distantes das atrocidades, que relativizam. É mais fácil aliviar o totalitarismo em prol de um suposto ideal quando se está longe. As pessoas sabem dos Gulags? Do Holodomor?”. Para essa mulher, o passado soviético não é um capítulo encerrado. Ela vê a Rússia atual não como um Estado moderno, mas como um desejo anacrônico de retorno ao “Grande Império”.

Terminamos a conversa falando de futuro. Kateryna mencionou a canção que representa a Ucrânia no Eurovision de 2026, *Leleka*, de Ridnym. A letra diz: “Eu vou costurar, costurar / Eu vou costurar um novo destino / Eu vou costurá-lo para os meus entes queridos”. Essa imagem da costura me acompanhou ao sair do café. Percebi que, enquanto as análises geopolíticas tentam explicar o mundo através de grandes recortes de tecido — as esferas de influência e os tratados internacionais —, não vemos os indivíduos que, como ela, tentam viver no meio de tantos traumas e medos.

Essa mulher é a prova de que a geografia que realmente importa neste quarto ano de invasão não é a dos mapas de gabinete, mas a das cicatrizes. Sua recusa em falar russo, sua memória guardada em fotos e sua culpa por estar feliz nos impedem de transformar a tragédia em estatística.



América Latina e o Caribe avançam na erradicação da fome: um desafio que não admite pausas



» RENÉ ORELLANA HALKYER
Subdiretor-geral e representante regional da FAO para a América Latina e o Caribe

Erradicar a fome é um imperativo ético e uma condição essencial para o desenvolvimento dos países. Por isso, cada avanço em sua redução não é apenas um número alentador: é o sinal de que, com compromisso político e políticas públicas adequadas, é possível transformar realidades e melhorar vidas.

Os dados mais recentes do Panorama Regional da Segurança Alimentar e da Nutrição 2025 da FAO, em conjunto com outras agências das Nações Unidas, confirmam que a subalimentação diminuiu pelo quarto ano consecutivo. Em 2024, afetou 5,1% da população, abaixo dos 6,1% registrados em 2020. Na prática, 6,2 milhões de pessoas deixaram de passar fome.

Esse avanço merece ser reconhecido, não apenas pelo impacto na vida das pessoas que deixam de sofrer com a fome, mas porque evidencia que as decisões de políticas públicas adotadas pelos países geram transformações reais. Quando as autoridades nacionais demonstram elevado compromisso político e impulsionam medidas de recuperação econômica, proteção social, apoio à agricultura familiar, inovação produtiva e fomento ao comércio agroalimentar, entre outras, os resultados aparecem.

No entanto, precisamos seguir somando esforços, pois, ainda, mais de 33 milhões de pessoas

na região passam fome; 167 milhões enfrentam insegurança alimentar; 181 milhões não conseguem arcar com o custo de uma dieta saudável; e 141 milhões de adultos vivem com obesidade.

Esses números refletem uma persistente paradoxal dupla carga da má nutrição em nossos países: convivemos com a fome e o sobrepeso, com déficits nutricionais e dietas pouco saudáveis. Além disso, o acesso a uma dieta saudável segue limitado pelo seu alto custo, que chega a US\$ 5,16 PPC (ajustado pela paridade do poder de compra) por pessoa ao dia — o mais elevado do mundo.

O alto custo de uma dieta saudável é uma das causas da insegurança alimentar e da má nutrição. A isso se somam problemas econômicos, o acesso limitado a alimentos frescos e saudáveis e as consequências de eventos climáticos extremos, que impactam os sistemas agroalimentares e exigem políticas que abordem sua sustentabilidade e resiliência.

A fome reflete e aprofunda a pobreza e a desigualdade. Não é justo que o acesso aos alimentos ou a dietas saudáveis seja um privilégio de poucos.

A próxima 39ª Conferência Regional da FAO para a América Latina e o Caribe (LARC39) representa uma oportunidade para o diálogo e a tomada de decisões. Isso implica fortalecer a agricultura familiar e os sistemas produtivos sustentáveis para erradicar a fome e a pobreza e reduzir as desigualdades; ampliar a cobertura e aprimorar os programas de alimentação escolar, incorporando as compras públicas da agricultura familiar e as dietas alimentares; implementar subsídios para que as pessoas mais vulneráveis possam acessar alimentos nutritivos de alto custo; e promover ambientes alimentares nas

cidades que facilitem o acesso e o consumo de dietas saudáveis.

Por outro lado, é fundamental fortalecer e modernizar os sistemas de abastecimento; fomentar o comércio agroalimentar para ampliar a disponibilidade e o acesso a uma maior variedade de alimentos; expandir sistemas sólidos de proteção social, com sinergias com programas de inclusão produtiva e ênfase na redução da fome e da pobreza; investir em inovação e digitalização para a produção, a produtividade e a resiliência climática; e mobilizar financiamento para investimentos em larga escala por meio da iniciativa De Mãos Dadas.

A região demonstrou que é capaz de avançar. Agora, o desafio é sustentar esse impulso e torná-lo inclusivo, para que todas e todos possam ter acesso a alimentos e dietas saudáveis.

A FAO apoia os Estados-Membros desde 1945 por meio da geração de dados e evidências científicas, da cooperação técnica para a implementação de políticas e ações e da mobilização de investimentos. Atualmente, a Organização implementa na região o Marco Estratégico 2022–2031, por meio de quatro Prioridades Regionais alinhadas a Quatro Melhorias — Melhor Produção, Melhor Nutrição, Melhor Meio Ambiente e Uma Vida Melhor —, fortalecendo a produção sustentável, a segurança alimentar e nutricional, a ação climática e a inclusão social.

Juntos, podemos desenvolver políticas e programas adequados que impulsionem mudanças e promovam sistemas agroalimentares mais eficientes, inclusivos, resilientes e sustentáveis, garantindo a segurança alimentar e a nutrição.

Visto, lido e ouvido



Desde 1960

Circe Cunha (interina) // circecunha.df@dabr.com.br

Vontade política, ou a falta dela

Carlos Penna Brescianini lembrou bem. Como é que representantes do governo declaram que nada podem fazer em relação aos problemas causados pelas chuvas se, na antiguidade, sem inteligência artificial, sem computadores e sem eletricidade, aquele povo conseguia drenar as águas das chuvas para enfrentar as inundações?

Como base para a engenharia atual, a tecnologia hidráulica desenvolvida por civilizações antigas revela grau de sofisticação em sistemas de captação e retenção de águas pluviais que estruturava cidades inteiras muito antes da mecanização contemporânea, articulando arquitetura, topografia e conhecimento climático de forma integrada. No território da Roma Antiga, cisternas escavadas no subsolo armazenavam milhares de litros de água coletados por telhados inclinados e pátios internos, garantindo abastecimento durante estiagens prolongadas. Escavações arqueológicas demonstram que esses reservatórios eram impermeabilizados com argamassa especial à base de cal e fragmentos cerâmicos, técnica que assegurava durabilidade secular. Povos da Mesoamérica, na região correspondente ao atual México, construíram os chamados chultuns, cavidades talhadas na rocha calcária para reter água da chuva em áreas sem rios perenes. Engenhosidade semelhante floresceu na Grécia Antiga, onde reservatórios públicos integravam o desenho urbano, reconhecendo a chuva como recurso estratégico, e não como ameaça a ser eliminada.

Em caminho inverso percorre a modernidade brasileira, entretanto, ao longo do século 20, convertendo várzeas em avenidas, retificando cursos d’água e selando o terreno com concreto. Dados consolidados pelo MapBiomias indicam expansão acelerada da mancha urbana nas últimas décadas, acompanhada de expressiva redução de áreas verdes em regiões metropolitanas. Em São Paulo, levantamentos municipais apontam índices de impermeabilização superiores a 70% em diversos distritos, condição que compromete a infiltração natural e intensifica picos de vazão durante tempestades. Relatórios técnicos da prefeitura e análises do Tribunal de Contas do município já advertiram que o sistema de macrodrenagem enfrenta limites estruturais diante da frequência crescente de eventos extremos.

Minas Gerais oferece quadro igualmente revelador. Temporais recentes registraram volumes pluviométricos acima de 200 milímetros em menos de 24 horas em áreas da Região Metropolitana de Belo Horizonte, conforme boletins da Defesa Civil estadual. Deslizamentos e inundações expuseram vulnerabilidades históricas relacionadas à ocupação de encostas e fundos de vale. No Rio de Janeiro, relatórios do Instituto Estadual do Ambiente destacam que relevo acidentado combinado a adensamento populacional e drenagem insuficiente potencializa enxurradas rápidas e destrutivas. Especialistas do Centro Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais, órgão federal vinculado ao Ministério da Ciência e Tecnologia, reiteram que padrões climáticos alterados ampliam a intensidade das precipitações, exigindo revisão dos parâmetros tradicionais de projeto.

Cálculos econômicos reforçam a dimensão do desafio. Estimativas da Confederação Nacional de Municípios apontam que desastres associados a chuvas provocaram prejuízos de bilhões de reais na última década, considerando danos a infraestrutura, moradias e atividades produtivas. Frente a esses números, investimentos preventivos deixam de representar gastos e passam a configurar estratégia fiscal prudente. Simulações conduzidas por pesquisadores da Universidade de São Paulo indicam que a combinação de pavimentos permeáveis, jardins de chuva e recuperação de várzeas reduz, significativamente, o pico de cheia em bacias densamente urbanizadas.

Experiências internacionais corroboram tal diagnóstico. O Programa Sponge City, implementado em diversas cidades da China, estabeleceu metas nacionais de retenção e reaproveitamento de águas pluviais, mobilizando investimentos bilionários e integrando drenagem ao planejamento urbano. Modelos adotados em Roterdã, nos Países Baixos, transformaram praças públicas em bacias temporárias de retenção, conciliando lazer e controle de cheias com eficiência reconhecida internacionalmente, mais ou menos como o governo Ibaneis implantou perto do Iate Clube de Brasília.

Projeção conservadora para adaptar parcialmente metrópole como São Paulo, tornando permeáveis cerca de 300 quilômetros quadrados ao longo de duas décadas, alcançaria valores próximos de R\$ 60 bilhões, equivalentes a, aproximadamente, 3 bilhões anuais, percentual modesto ante a orçamentação municipal superior a 90 bilhões por ano. Engenheira hidróloga, Maria do Carmo Barros afirmou em seminário promovido pela Universidade Federal de Minas Gerais que “cada real aplicado em prevenção hídrica economiza múltiplos em reconstrução e assistência emergencial”, frase que traduz racionalidade econômica frequentemente eclipsada por prioridades de curto prazo.

» A frase que foi pronunciada

A administração pública não é apenas sobre regras, mas sobre resultados

James Q. Wilson

» História de Brasília

Continua Hipólito José da Costa na primeira edição do **Correio Braziliense** de 1808: O indivíduo que abrange o bem geral d’uma sociedade, vem a ser o membro mais distinto della; as luzes que elle espalha, tiraô das trevas ou da illuzão aquellas que a ignorancia precipitou no labyrintho da apathia, da inepecia e do engano. (Publicada em 26/2/1962)